



Resumo

Simpósio Temático
Estudos Históricos e Ambientais

PENSANDO A DEVASTAÇÃO: A GÊNESE HISTÓRICA E A TRAJETÓRIA DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

Tayla Gabrieli Rodrigues Antunes (UFRJ - tayla.ga@gmail.com);

RESUMO

O artigo tem como objetivo principal analisar a trajetória do Código Florestal Brasileiro, acompanhando as discussões em prol e em torno do mesmo, assim como suas transformações ao longo do tempo. Apresentar-se-á o debate político-científico que levou à criação Código Florestal Brasileiro, editado em 1934, primeiro Decreto Federal que instituiu a proteção às florestas no Brasil, passando pelos debates subsequentes e suas emendas, até chegar ao novo Código Florestal em 1965. Em seguida, investiga-se o teor de suas mudanças mais de quarenta anos depois, já no século XXI. A investigação focaliza, em um primeiro momento, a participação científica de alguns dos principais intelectuais da época que tanto propagaram ideias preservacionistas e conservacionistas da natureza, quanto promoveram o amplo debate da questão florestal, sobremaneira ligada à construção da nação brasileira, ainda nas primeiras décadas do século XX e como este debate veio mudando em suas formas, conteúdos e atores. Paralelamente, examina-se, também, os próprio documento que resulta de todo esse movimento, o Código Florestal Brasileiro, buscando perceber em que medida o ideal nacionalista constituiu-o, bem como o tipo de proteção florestal a que se propôs ao longo dos anos. Entender, portanto, a gênese histórica da construção destes primeiros códigos é essencial para discutir toda a (re)formulação das políticas ambientais no Brasil que continua sendo desenvolvida e criticada. A historiografia brasileira propriamente quase não explorou a história dos Códigos Florestais (desde sua criação em 1934, passando por sua reedição em 1965, até a discussão atual), que apresenta material riquíssimo e importante para se pensar as especificidades de cada momento, os interesses em jogo, os atores de cada debate e suas pautas de discussões, mesmo sabendo que a lei em si é pouco capaz de demonstrar uma transformação social efetiva das práticas que envolvem florestas ou uma real diminuição do desmatamento.

Palavras-Chave: Código Florestal Brasileiro; Desflorestamento; Ideias de Proteção à Natureza.



Resumo

REFERÊNCIAS

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DUARTE, Regina Horta. A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1946. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.). Ecologia política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj, 1987.

PEREIRA, Osny Duarte. Direito florestal brasileiro. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

WORSTER, Donald. Nature's Economy. A History of Ecological Ideas. New York: Cambridge University Press. 1994.